

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

AMANDA CAROLINE DO NASCIMENTO SILVA

**ENTRE O ENVELHECER E A PRODUTIVIDADE: a velhice na sociedade brasileira contemporânea**

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2025

AMANDA CAROLINE DO NASCIMENTO SILVA

**ENTRE O ENVELHECER E A PRODUTIVIDADE: a velhice na sociedade brasileira contemporânea**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

**Orientador:** Me. Larissa Maria Linard Ramalho.

AMANDA CAROLINE DO NASCIMENTO SILVA

**ENTRE O ENVELHECER E A PRODUTIVIDADE: a velhice na sociedade brasileira contemporânea**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 03/12/2025

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Profa. Me. LARISSA MARIA LINARD RAMALHO/UNILEÃO

Membro: Prof. Esp. ANDRE DE LIMA GOMES/UNILEÃO

Membro: Profa. Esp. LARISSA VASCONCELOS RODRIGUES/UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2025

## **ENTRE O ENVELHECER E A PRODUTIVIDADE: a velhice na sociedade brasileira contemporânea**

Amanda Caroline do Nascimento Silva<sup>1</sup>  
Larissa Maria Linard Ramalho<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O envelhecimento populacional no Brasil transforma o cenário demográfico e nos leva a pensar sobre a posição e as condições das pessoas idosas na sociedade. Assim, este trabalho tem como finalidade analisar a vulnerabilidade social da população idosa frente à lógica da produtividade trabalhista em um contexto que valoriza a juventude e a capacidade de desempenho favorecendo o processo de exclusão social da pessoa idosa, a partir de uma perspectiva crítica sobre a sociedade do produtivismo. A pesquisa, de natureza bibliográfica, discute o envelhecimento como um fenômeno biopsicossocial, abordando as representações sociais que sustentam práticas discriminatórias e a marginalização social dessa população. A análise dos documentos possibilita compreender como a exclusão social é produzida desde as macroestruturas sociais até as relações cotidianas, evidenciando o modo como a pessoa idosa é frequentemente reduzida à condição de improdutividade e à dependência, impactando negativamente sua identidade social e bem-estar. Conclui-se que repensar as concepções sociais sobre o envelhecimento é essencial para promover uma cultura de valorização efetiva da pessoa idosa, pautada na dignidade e no reconhecimento do envelhecer como parte integrante da existência humana.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Produtividade; Exclusão Social; Envelhecer; Sociedade brasileira.

---

<sup>1</sup>Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: amandacaroline079@gmail.com

<sup>2</sup>Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: larissaramalho@leaosampaio.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento da população idosa no Brasil provoca mudanças significativas nas dinâmicas demográficas, mas para além disso torna necessário a reflexão sobre o lugar que essa parcela da população ocupa na sociedade e as condições a que está submetida. Esse cenário reflete o envelhecimento populacional que é um fenômeno demográfico resultante da combinação da redução das taxas de mortalidade infantil somadas a queda da taxa de natalidade, como descrito pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), no qual, apontam que a proporção de pessoas idosas na população brasileira elevou-se de 8,7% em 2000 para 15,6% em 2023, evidenciando um processo acelerado do referido fenômeno. Além disso, há de se ressaltar os investimentos na saúde pública, que ao longo das décadas, vem transformando gradualmente o perfil etário da sociedade.

Em face desse quadro, torna-se relevante refletir sobre como a cultura mercantilista e as ideologias negativas que promovem dominação social, como descrito por Sawaia *et al.* (2001), perpassam o processo de envelhecimento, pois embora o envelhecimento constitua um processo biológico inerente ao ser humano, sua significação é mediada por construções simbólicas que podem provocar a exclusão em ambientes sociais, principalmente em relação a imposição de alta produtividade trabalhista. Apesar do prolongamento da longevidade, persiste a negação do valor social dos sujeitos envelhecidos, contribuindo para sua desvalorização social e estigmatização, assim, questiona-se em como a população idosa torna-se vulnerável na sociedade frente a produtividade trabalhista?

Desse modo, justifica-se socialmente a pesquisa em prol de uma maior visibilidade das condições e desafios enfrentados pela população idosa na contemporaneidade, evidenciando como estigmas e práticas excludentes comprometem sua dignidade e pertencimento social, pois problematizar os estereótipos produzidos pelo capitalismo em relação ao envelhecimento, configura-se como um compromisso ético e uma responsabilidade social, voltados à construção de uma psicologia mais humana e inclusiva, que reconheça e valorize todas as etapas da vida (CFP, 2005). Além disso, academicamente, a análise das consequências psicossociais provocadas pelas imagens de improdutividade imposta pela lógica capitalista, que tende a vincular o valor do indivíduo à sua capacidade de produzir e consumir, reduzindo o corpo em instrumento de produção, expõe a relevância de compreender os impactos do capitalismo na velhice (Marx, 2015). Sob aspectos pessoais, a pesquisa é motivada diante experiências próximas a pesquisadora, que observou um vínculo de parentesco no núcleo familiar que sofreu diretamente impactos negativos das exclusões e das

perdas de papéis sociais provocadas nesse período da vida, os quais desencadearam um quadro de sofrimento psíquico, com conseqüente depressão.

Portanto, para responder à pergunta referida, tem-se por objetivo geral: analisar a vulnerabilidade social da população idosa frente à lógica da produtividade trabalhista. Para se alcançar o propósito anterior, tem-se como objetivos específicos: apontar como ocorre a influência do capitalismo na percepção cultural contemporânea da velhice e do envelhecimento, verificar como as imposições do sistema produtivista do capitalismo contribui para a exclusão da pessoa idosa do mercado de trabalho e, por fim, identificar como a psicologia pode contribuir para mitigar os impactos psicossociais provocados pela vulnerabilidade social acometida a pessoa idosa.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 METODOLOGIA**

O presente estudo configura-se como uma pesquisa de natureza básica, caráter exploratório e abordagem qualitativa estruturada sob a forma de uma revisão narrativa. De acordo com Gil (2018), a pesquisa exploratória é indicada quando o objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, de modo a ampliar o conhecimento de um problema ainda pouco investigado ou com aspectos não completamente elucidados.

Conforme destaca Minayo (2001), no que se refere à abordagem do problema, adota-se por uma perspectiva qualitativa, uma vez que esse tipo de pesquisa busca compreender crenças, valores, motivações e atitudes, explorando dimensões mais complexas dos fenômenos e das relações humanas. Por esse motivo ao concentrar em aspectos subjetivos e contextuais a pesquisa qualitativa se mostra mais adequada para analisar fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis mensuráveis ou processos quantitativos. Logo, os significados atribuídos ao envelhecimento e os sentidos construídos pelos sujeitos a partir das representações sociais são mais bem apreendidos por meio de análises interpretativas, em vez de mensurações estatísticas.

Nesse contexto, a coleta de material ocorreu por meio de levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados, Google Acadêmico, SciELO, PePSIC e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando como descritores: *psicologia, envelhecimento, classes vulnerabilizadas e produtividade para o trabalho*. A partir da busca descrita, definiu-se como critérios de inclusão das obras a serem utilizadas para a construção deste trabalho as que envolvesse

debate sobre o processo de envelhecimento ou a velhice às condições de vulnerabilidade ou exclusão social, bem como aqueles que discutissem os impactos dessas relações no contexto do capitalismo, no qual considerou-se pesquisa acadêmicas vistas como relevantes para o desenvolvimento da temática de forma a contribuir para uma consciência social.

O *corpus* da pesquisa foi composto, sobretudo, por livros e artigos acadêmicos, priorizando-se produções publicadas em língua portuguesa que apresentassem relevância direta para os objetivos da pesquisa. Por outro lado, como critérios de exclusão, desconsideraram-se trabalhos duplicados, publicações em outros idiomas, textos sem respaldo teórico e materiais que não tratassem do envelhecimento sob perspectivas biopsicossocial.

## 2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.2.1 O envelhecimento em relação ao capitalismo

O sistema econômico corresponde ao modo como se organizam a produção, a troca e a distribuição de bens em determinada sociedade, e no sistema capitalista, este se fundamenta na propriedade privada dos meios de produção, bens e serviços, bem como no trabalho assalariado e na busca do lucro proveniente das trocas comerciais tendo como característica a livre competição na economia de mercado, na qual a oferta e a demanda regulam a produção e o consumo, uma vez que não há uma instituição que determine de maneira direta o processo produtivo. Nesse contexto, a livre iniciativa e a concorrência atuam como os principais reguladores da dinâmica econômica (Vieira *et al.*, 2022).

O capitalismo caracteriza-se, ainda, pela divisão social em classes distintas: de um lado, a burguesia, que detém os meios de produção, e de outro, o proletariado, que, por não possuir tais meios, necessita vender sua força de trabalho em troca de um salário para assegurar sua subsistência. Dessa forma, a venda da força de trabalho constitui-se como a única “moeda de troca” disponível à classe trabalhadora, evidenciando a dimensão de exploração presente nesse sistema. Logo, o objetivo central do capitalismo é a acumulação de riquezas por meio do lucro, tratando-se de um processo não apenas econômico, mas também social, no qual a produção capitalista se estabelece a partir de relações sociais determinadas. Posto isto, o capitalismo pode ser compreendido como um sistema complexo, que integra dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais, estruturando a dinâmica da vida em sociedade (Vieira *et al.*, 2022).

O capitalismo começou a se consolidar a partir do século XV, com o declínio do sistema feudal e a ascensão da burguesia, que gradualmente passou a dominar as relações econômicas. Esse período inicial, denominado capitalismo comercial ou mercantilista, vigente até o século XVIII, foi caracterizado pelo comércio internacional, pelas grandes navegações, pela exploração de colônias, pelo acúmulo de metais preciosos e pela adoção de políticas de proteção dos mercados nacionais. Nesse contexto, o Estado assumia papel central, regulando a economia e garantindo os interesses da burguesia em expansão (Baruco, 2015).

Com as transformações sociais e econômicas ao longo do século XVIII, a rigidez do modelo mercantilista começou a gerar insatisfação, sobretudo entre a burguesia em ascensão, que reivindicava maior liberdade para ampliar seus negócios sem a forte intervenção do Estado. Nesse contexto, consolidou-se a segunda fase do capitalismo, denominado capitalismo industrial (séculos XVIII–XIX), impulsionada pela Revolução Industrial, estágio marcado pela introdução das máquinas, pela produção em larga escala, pelo surgimento das fábricas e pela exploração intensiva da mão de obra. Além disso, a lógica da liberdade de mercado, acompanhada da mínima intervenção estatal, favoreceu o aumento da produtividade, a acumulação de capital e a expansão do comércio, conseqüentemente, houve também a ampliação do número de trabalhadores assalariados, que, passaram a integrar o mercado como consumidores em potenciais, fortalecendo o ciclo de produção e consumo. É nesse cenário que emergem os fundamentos do liberalismo, sustentados pela defesa da autorregulação da economia por meio da lei da oferta e da demanda (Baruco, 2015).

A terceira fase, correspondente ao capitalismo financeiro ou monopolista (século XIX até meados do século XX), a economia passou a ser marcada pela centralização de capitais, manifestada na formação de monopólios, quando uma única empresa dominava determinado setor, e de oligopólios, quando pequenos grupos de empresas controlavam segmentos estratégicos. Já a quarta fase, denominado capitalismo financeiro-informacional ou pós-industrial (século XXI), tem como base a revolução técnico-científica, logo, a economia deixa de girar prioritariamente em torno da produção material e passa a se englobar os serviços, a tecnologia e a informação. Surge, nesse contexto, o neoliberalismo, que propõe a desregulamentação da economia, ou seja, a redução da intervenção estatal, a privatização de setores públicos e a flexibilização dos direitos trabalhistas (Baruco, 2015).

Observa-se, que cada fase do capitalismo expressa uma capacidade de adaptação às transformações históricas e sociais, entretanto preservando sua essência: a exploração do trabalho em prol da manutenção do lucro e da acumulação de capital. Se antes o trabalho estava vinculado apenas à satisfação das necessidades básicas, no capitalismo contemporâneo

pós-industrial também se constitui como meio de status e de reconhecimento social (Baruco, 2015).

Segundo Sousa (2015) a sociedade capitalista contemporânea, tende a priorizar a produtividade, frequentemente em detrimento da individualidade e das necessidades subjetivas dos indivíduos. Nesse contexto, o capitalismo promove a valorização do desempenho e do utilitarismo, fazendo com que o valor do indivíduo esteja diretamente relacionado à sua capacidade de produzir e consumir. Além disso, a sociedade contemporânea tende a cultivar o novo, o belo e o jovem, estabelecendo um ambiente simbólico de rejeição ao que tornar-se obsoleto para a economia.

Dentro dessa lógica, Melo (2018) aponta que diversos aspectos da vida tendem a ser transformados em mercadorias, incluindo a saúde, que é concebida como um bem que está submetido à lógica do lucro e da rentabilidade. Nessa perspectiva, o corpo humano passa a ser entendido como instrumento de produtividade, conseqüentemente, os jovens são valorizados por seu maior potencial produtivo e pelo retorno econômico que podem gerar, o que, simultaneamente, os torna mais suscetíveis à exploração. Por outro lado, aquilo que não contribui para a geração de lucro é progressivamente marginalizado, de modo que as pessoas idosas, ao serem percebidas como “não rentáveis”, tem sua existência desvalorizada dentro da lógica capitalista. Em decorrência disso, a juventude tende a ser socialmente associada à felicidade e à vitalidade, enquanto a velhice é frequentemente percebida como sinônimo de inutilidade, configurando a pessoa idosa como sujeito socialmente descartável.

Articular capitalismo e envelhecimento implica abordar a questão da vulnerabilidade, que não se restringe apenas à pobreza, fragilidade física ou doença, mas se refere a um processo no qual o indivíduo se encontra continuamente em risco de ter sua saúde ou bem-estar comprometidos, englobando aspectos econômicos, sociais, psicológicos, familiares e físicos, ou seja, configurando uma condição multidimensional que resulta da interação entre fatores individuais e coletivos (Melo, 2018). Assim, a vulnerabilidade social associada à idade contribui para a exclusão, pois a pessoa idosa não é vulnerável apenas em razão de limitações biológicas ou problemas de saúde, mas também porque a sociedade impõe barreiras que dificultam sua participação plena na vida social e, conseqüentemente, reforçam sua marginalização e isolamento. Dessa forma, falar de exclusão envolve reconhecer o distanciamento simbólico e social que leva o indivíduo a se perceber como diferente ou excluído do grupo, consolidando, assim, sua invisibilidade social como descrito por Sawaia *et al.* (2001).

Conforme abordado por Urban (2007) a pessoa idosa já foi, em sua juventude, agente de produção de valor, construindo capital social por meio de relações interpessoais que proporcionam apoio, prestígio, influência, oportunidades e reconhecimento. No entanto, à medida que se aproxima da velhice e é retirado do mercado de trabalho, tende a perder esses vínculos e o reconhecimento obtidos por meio das redes de relacionamentos, sofrendo enfraquecimento de suas redes sociais, muitas vezes em decorrência do preconceito etário. Esse processo resulta em redução de influência, voz e sentimento de pertencimento, configurando perda de capital social, uma vez que o valor social continua atrelado à capacidade de gerar capital. Além disso, esse desligamento social faz com que as pessoas idosas sejam percebidas e se percebam como inferiores ou desprezíveis, estabelecendo uma separação simbólica entre a fase da velhice e o período de produção laboral. Dessa forma, ao se afastarem da produção que gera valor econômico, tornam-se supérfluos para o capital, sendo frequentemente substituídos por trabalhadores mais jovens, considerados mais produtivos.

Essa perda de capital social contribui para que a pessoa idosa deixe de existir socialmente causando a chamada “morte social” (Sales, 2019) e vivencie o sofrimento ético-político, pois tal morte fere a dignidade humana ao retirá-lo das redes de reconhecimento e participação que sustentam sua valorização social, o que evidencia que a exclusão da pessoa idosa está diretamente ligada às dinâmicas do sistema econômico vigente, no qual quem não produz é socialmente invalidado Sawaia *et al.* (2001).

Desse modo, a pessoa idosa que anteriormente pertencia a um grupo e é gradualmente afastado, colocado à margem da sociedade em razão da idade, sofre exclusão por desinserção e as sucessivas rupturas vivenciadas ao longo do envelhecimento, como a perda de papéis sociais, provoca o isolamento e a ausência de sentimento de pertencimento, configurando a exclusão por desafiliação. Essas exclusões ocorrem em dois níveis: no âmbito material, pois quem não trabalha, não produz ou não consome é rejeitado; e no âmbito simbólico, pois quando alguém não é admirado, reconhecido como importante ou não representa os ideais da sociedade, é igualmente marginalizado. Portanto, a exclusão se manifesta também no campo moral e cultural, já que é a própria sociedade que decide quem possui valor e quem é considerado socialmente descartável conforme aponta Sawaia *et al.* (2001).

Sendo assim, o descarte da pessoa idosa revela-se funcional dentro de uma sociedade que valoriza a alta produtividade, uma vez que o sistema sustenta o mito de expansão e abundância, embora subjacente a esse discurso estejam preconceitos e estereótipos que marginalizam os indivíduos mais velhos. Desse modo, ao privá-los de participação plena nas

redes sociais e produtivas, a sociedade contribui para que o envelhecimento seja vivenciado por sofrimento, pois o afastamento das atividades valorizadas e o desmonte de vínculos sociais reforçam tais hostilidades e exclusões desses indivíduos. Essa lógica contribui para a promoção de uma auto-exclusão, causada pelas normas e valores da sociedade, que, por sua vez, quando manifesta traços do que é interpretado socialmente como decadência, leva muitos indivíduos a rejeitarem o próprio processo de envelhecimento, internalizando a percepção de que sua existência carece de valor ou relevância social (Curcio, 2015). Esse cenário evidencia o conflito interno vivenciado pelo indivíduo ao tentar construir uma nova perspectiva de vida que contraria tudo aquilo que lhe foi ensinado, especialmente por ter sido formado sob cultura que prioriza a produtividade, o desempenho e a constante busca por resultados, logo, com a saída do mercado de trabalho, deixar de produzir desperta vergonha, pois o sujeito sente que perdeu sua função social e culpa-se pela redução de sua capacidade produtiva. Assim, a velhice passa a ser percebida como um obstáculo à performance, ativando crenças que fazem a pessoa se envergonhar por envelhecer. Trata-se, portanto, de uma manifestação ideológica da vergonha, o medo de se tornar inútil, que leva à negação e ocultamento do corpo envelhecido (Dejours, 1992).

### **2.2.2 Dimensões biopsicossociais do envelhecimento**

Cancela (2007) reflete que todo organismo vivo possui um tempo de vida limitado e, ao passar dos anos, passa por alterações fisiológicas e cognitivas, com isso, à medida que os anos avançam, ocorre um declínio funcional do organismo, compreendido como natural desse processo, não se configurando como um estado fixo, mas como um decréscimo progressivo da genética pré-programada. Em continuidade, a autora ressalta que o processo de envelhecimento é influenciado por três dimensões interdependentes: a biológica, a psíquica e a social, no qual, a depender das configurações dessas esferas e da forma como são vivenciadas pelo indivíduo, é possível que tais fatores contribuam para a antecipação, a intensificação ou, ao contrário, a atenuação de doenças e seus sintomas, bem como das características da senescência.

Consoante a Beger (2003) a variável biológica no processo de envelhecimento acarreta uma desaceleração das funções orgânicas, acompanhada por alterações perceptíveis, como o embotamento dos sentidos, modificações na aparência física, mudanças nos padrões de sono dentre outros. No que se refere à dimensão psíquica, Cancela (2007) observa-se uma diminuição na velocidade dos processos mentais, além de um declínio na capacidade de

comunicação, o que pode levar à repetição de discursos e à dificuldade de compreender mensagens mais longas. Também é comum a lentificação das funções executivas, que são atos de planejar, avaliar e executar tarefas, bem como das funções motoras. Ademais, as habilidades cognitivas relacionadas à atenção tendem a ser afetadas durante o processo de envelhecimento (Zibetti, 2010).

No campo social, Carrér (2012) aponta que envelhecer no Brasil implica enfrentar diversos desafios, os quais se manifestam tanto no meio cultural quanto nas relações interpessoais e nas condições socioeconômicas, pois a experiência do envelhecimento é atravessada pela forma como a sociedade percebe e estabelece expectativas sobre o comportamento dos indivíduos em cada fase da vida. Entretanto, cada pessoa vivencia o envelhecimento de maneira singular, sendo influenciada por fatores como saúde física e mental, experiências de vida, participação social em amizades e atividades comunitárias, bem como perspectivas de futuro, função da classe social de pertença. Desse modo, a vivência do envelhecimento resulta da interação entre a percepção social e as experiências pessoais, moldando de maneira única como cada indivíduo atravessa essa fase da vida (Vigotski, 2001). Nesse contexto, Oliveira, Scortegagna e Silva (2017) destacam a escassa disposição social para reconhecer o envelhecimento além da dimensão da fragilidade física, sendo comum que a pessoa idosa seja tratada com descaso nas interações sociais, muitas vezes envolto por tabus estigmatizantes.

Um fator que permeia a esfera social, influenciando e moldando as posturas e ações coletivas, é conceituado de representações sociais, conforme delineado por Serge Moscovici (2007). Sua teoria descreve como o conhecimento do senso comum é estruturado, enfatizando que o conhecimento é produzido por meio da interação e comunicação, refletindo os interesses dos indivíduos envolvidos nesse processo. Dessa forma, o conhecimento nunca é desinteressado, mas sim um produto de grupos específicos, que se encontram em circunstâncias particulares. Sob essa ótica, Moscovici (2007) afirma que o coletivo é impactado pelas definições ideológicas moldadas pela política e cultura vigente, o que contribui para que as representações se consolidem como senso comum, ao serem transmitidas cotidianamente pelos meios de comunicação. Para Moscovici (2007) para que uma representação seja considerada social, ela precisa ser quantitativa, ou seja, compartilhada por um grande número de pessoas; genética, no sentido de ser construída socialmente a partir das interações; e funcional, ou seja, servir para guiar a comunicação e as ações dentro do grupo. Essas representações têm como objetivo transformar o desconhecido em algo familiar, facilitando a compreensão simbólica e a comunicação entre os indivíduos.

Portanto, as representações sociais servem para explicar as decisões, ações, posturas e condutas adotadas diante de determinado evento, logo, esse conceito se conecta ao processo de envelhecimento, uma vez que, os comportamentos humanos estão intrinsecamente ligados à forma como atribuímos sentidos individuais aos significados sociais que nos cercam (Strey, 2013). No caso específico do envelhecimento, Jodelet (2001) concorda que as representações sociais sobre a velhice moldam a forma como os indivíduos dentro de um coletivo percebem e interagem com a experiência de envelhecer, afetando atitudes, crenças e comportamentos em relação as pessoas idosas e ao processo de envelhecimento em si.

Um outro fator que atravessa o meio social é a ideologia negativa retratada por Jacques (2013), referindo-se àquelas construções simbólicas que distorcem ou ocultam a realidade, funcionando como mecanismos de engano, alienação, mistificação ou controle. Logo, todo conhecimento é, de algum modo, ideológico, pois está inevitavelmente condicionado pela realidade na qual o sujeito está inserido. Como forma de mediação social das relações tem se por instrumento a linguagem, que não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas também de mediação do sujeito com a cultura, sendo um elemento para a construção do conhecimento e de formação da consciência individual (Vigotski, 2001). A ideologia hegemônica surge conforme o modelo econômico predominante, que, no caso da sociedade atual, o capitalismo, dita fatores de funcionamento da cultura e a ideologia se adequará a ela (Guzzo; Lacerda Junior, 2022).

Já a velhice não deve ser compreendida como um estágio isolado, mas como parte do ciclo vital, distinto das fases anteriores, embora integrado a elas. No Brasil, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), ela se inicia aos 60 anos, enquanto em países desenvolvidos é estabelecida a partir dos 65 anos (Brasil, 2023), evidenciando que, apesar de haver um marco etário definido, não se restringe ao aspecto biológico, sendo também fruto de construções sociais e contextuais. Historicamente, no período pré-capitalista, as fases da vida não apresentavam fronteiras tão nítidas, com o advento do capitalismo, tornou-se necessário organizar e controlar a sociedade, implicando na criação de faixas etárias bem delimitadas, cada qual associada a funções produtivas, sociais e de consumo. Assim, a vida passou a ser periodizada como um produto segmentado em etapas, revelando que a noção de idade não é apenas natural, mas construída para responder às exigências econômicas e culturais impostas pelo capitalismo. Nessa mesma lógica, a ideia de envelhecer provoca a negação da velhice associada à fragilidade e à improdutividade humana (Melo, 2018).

A sociedade constrói regulamentos que, frequentemente, nos afastam de nossa essência, à medida que somos moldados pelas demandas e normas sociais. A maneira como

essas regulamentações são estruturadas pode favorecer um modo de vida mais harmonioso ou, ao contrário, criar um ambiente mais hostil. De acordo com Sousa (2015), vivemos atualmente em uma organização social cada vez mais pautada pela lógica do mercado, na qual o individualismo exacerbado é valorizado e articulado a um sistema de controle voltado para a produtividade. Essa lógica acaba por propagar mitos, preconceitos e estigmas que restringem o espaço de atuação, a inserção social e autonomia da população idosa. A desconsideração da capacidade de aprendizagem e de produção dessa faixa etária revela uma visão reducionista, que ignora o fato de que o envelhecimento pode implicar alterações no ritmo, mas não elimina a possibilidade de adquirir novos conhecimentos ou desenvolver habilidades (Oliveira; Scortegagna; Silva, 2017).

### **2.2.3 Estereótipos da velhice e implicações para a prática psicológica**

Assis *et al.* (2023) apontam em seus estudos que os estereótipos associados à velhice afetam negativamente essa população, gerando impactos em diversas áreas, como a saúde física, a vida profissional, as relações sociais e, inclusive, a saúde mental. Em consonância, Braga *et al.* (2024) destacam que a qualidade das relações interpessoais influencia diretamente a qualidade de vida das pessoas idosas. Nesse contexto, Manfredi, Biasi e Alves (2020) ressaltam que a forma como a sociedade enxerga a velhice contribui para o afastamento das pessoas idosas da vida social, limitando sua participação ativa, pois os estereótipos internalizados desde a juventude comprometem a autoestima dos indivíduos, instaurando um processo contínuo de desvalorização. Além disso, as pessoas idosas precisam lidar com a perda de papéis sociais, com dificuldades de permanência no mercado de trabalho e com a limitação do acesso a serviços essenciais.

Goldfarb *et al.* (2009) apontam que a perda dos papéis sociais e familiares atribuídos a pessoa idosa pode gerar uma sensação de desamparo e vazio, dado que, ao não ser mais reconhecida pela sociedade e pela família, a pessoa idosa experimenta uma desvalorização que afeta ainda mais sua autoestima. Além disso, os autores observam que, no atendimento as pessoas idosas, especialmente em situações de fragilidade, são comuns a naturalização de condições como tristeza, cansaço excessivo e apatia, interpretadas como parte do processo de envelhecimento. Essa visão, por sua vez, leva tanto profissionais quanto familiares a desconsiderarem a importância de intervenções, tratando sintomas de transtornos como manifestações normais da idade avançada, o que frequentemente resulta na negligência de mudanças comportamentais significativas e dificulta o reconhecimento e o tratamento

adequado de possíveis quadros clínicos. Considerando esse cenário, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2023), aproximadamente 14% dos adultos com 60 anos ou mais convivem com algum transtorno mental, sendo a depressão e a ansiedade as condições mais comuns entre essa população. Assim, embora a depressão seja frequentemente observada em pessoas idosas, ela não deve ser considerada uma consequência natural do envelhecimento.

A prática da psicóloga com a população idosa abrange múltiplas dimensões, considerando os aspectos biológicos, psicológicos e sociais que influenciam o processo de envelhecimento. Nesse contexto, a profissional atua não apenas na promoção do bem-estar e da qualidade de vida, mas também na prevenção e intervenção em situações de vulnerabilidade, tais como solidão, depressão, ansiedade e perda de autonomia. A psicóloga realiza ações de psicoeducação, orientação familiar, acompanhamento clínico e articulação com rede de apoio, integrando-se a equipes multiprofissionais com o objetivo de oferecer um cuidado holístico, integral e humanizado. Ademais, sua atuação contempla a desconstrução de estigmas e preconceitos associados à velhice, contribuindo para a valorização da identidade e da autonomia da pessoa idosa, bem como para a implementação de práticas de saúde que respeitem a dignidade e os direitos dessa população (Fontaine, 2010).

Destaca-se, ainda, a importância de uma atuação fundamentada no conhecimento do contexto e das características individuais da pessoa idosa, considerando que os ambientes habitados estão associados a diferentes realidades socioeconômicas, culturais e níveis de funcionamento social, cognitivo e físico. Esses contextos são atravessados por estruturas sociais que sustentam diferentes formas ideológicas que são excludentes, gerando impactos emocionais. Cabe, portanto, ao psicólogo compreender esses fatores para oferecer uma intervenção ética e eficaz, rompendo com a visão estigmatizante de que as pessoas idosas são incapazes de se beneficiar de acompanhamento psicológico (Batistoni, 2009).

A responsabilidade mencionada alinha-se com as diretrizes do Código de Ética do Psicólogo (2005), que orienta a profissional a considerar o sujeito em sua totalidade e contexto, abrangendo fatores políticos, econômicos, sociais, históricos e culturais, e entendendo a dinamicidade dessas estruturas que envolvem processos que, ao mesmo tempo que fornece sentido aos sujeitos, também atuam como mecanismos de controle e exclusão. Esse movimento torna-se evidente na forma como as pessoas idosas são tratadas socialmente, embora haja um discurso que reconhece seus direitos, identidade e trajetória de vida tal reconhecimento é frequentemente superficial e restrito. Na prática, a inserção da pessoa idosa ocorre dentro de estruturas sociais e culturais que continuam a reproduzir a marginalização

dessa população, negando-lhes efetiva participação e visibilidade. Sawaia *et al.* (2001) esclarece esse paradoxo entre segregar e conceder sentido como movimento dialético de inclusão/exclusão, mostrando como a aparente consideração do sujeito pode gerar uma sensação de pertencimento, enquanto, na realidade, promove uma exclusão que perpetua por meio da manutenção. Assim, a atuação ética do psicólogo requer não apenas sensibilidade para tais contradições, mas também o compromisso em as enfrentar de modo crítico e transformador. Conforme Martin-Baró (1996, apud Guzzo; Lacerda Júnior, 2022) a atuação da profissional deve ser não apenas contextualizada, mas também crítica e consciente com o propósito de desvendar tais superestruturas que perpetuam a exclusão dos indivíduos, consoante à contribuir para a emancipação daqueles que estão presos a estruturas sociais opressivas, injustas e desiguais.

Considerando o contexto social em que as pessoas idosas são frequentemente invisibilizadas e negligenciadas, o acolhimento psicológico torna-se uma prática fundamental na promoção da escuta, do cuidado e da dignidade dessa população. Para que esse processo seja efetivo, é imprescindível que a psicóloga adote uma postura empática, acolhedora e não diretiva, que favoreça a validação emocional do sujeito e o reconhecimento de sua história e subjetividade. A escuta qualificada, conforme discutem Alexandre e Romagnoli (2017), caracteriza-se pelo manejo sensível de sentimentos adversos, pela ampliação da compreensão das dinâmicas relacionais e pelo aprofundamento do conhecimento sobre o contexto de vida do indivíduo. Essa escuta permite a coleta de informações relevantes que subsidiarão a elaboração de um plano de ação coerente com as necessidades apresentadas. Além disso, a escuta ativa sustentada por sinais não verbais de interesse, atenção plena e disponibilidade afetiva, exige da profissional a capacidade de captar não apenas o conteúdo verbal, mas também os sentimentos e preocupações subjacentes às falas do sujeito, essa prática é essencial para o estabelecimento de vínculo e para a construção de um cuidado ético e eficaz (Malta, 2020).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo evidenciou que o envelhecimento é um processo multidimensional, permeado por dimensões biológicas, psíquicas e sociais, correlacionados com as estruturas econômicas, políticas e culturais vigentes, sendo responsáveis pela construção dos significados e sentidos sobre a temática. No cenário capitalista contemporâneo, ao valorizar predominantemente a produtividade e o retorno econômico do indivíduo, coloca a pessoa

idosa em posição de vulnerabilidade, contribuindo para a marginalização destas. Assim, a lógica do sistema econômico atual não apenas define o valor social a partir da capacidade produtiva, mas também perpetua estereótipos e preconceitos que reforçam a exclusão e a invisibilidade dessa população, que impacta diretamente no bem-estar e na autoestima dos indivíduos.

Além disso, as representações sociais e ideologias dominantes reforçam a desvalorização do envelhecimento, influenciando atitudes, crenças e comportamentos coletivos em relação as pessoas idosas. Estereótipos internalizados e disseminados culturalmente afetam a autoestima, a participação social e o reconhecimento das pessoas idosas, impactando diretamente sua qualidade de vida e saúde mental. Tais construções culturais moldam a percepção da velhice como fase de declínio e improdutividade, dificultando o reconhecimento da experiência, conhecimento e potencial de contribuição dessa população. Tal cenário ressalta a necessidade de uma atuação crítica e ética dos profissionais da psicologia, que devem compreender o contexto histórico, social e cultural dos indivíduos, bem como os impactos por estes causados, promovendo intervenções que favoreçam a escuta qualificada, o acolhimento e a valorização da subjetividade da pessoa idosa.

Dessa forma, o estudo propicia uma reflexão acerca da exclusão da pessoa idosa como resultado de uma interação complexa entre fatores econômicos, sociais e culturais, sendo a promoção da inclusão, do reconhecimento e do cuidado psicológico elementos essenciais para a garantia da dignidade e da cidadania dessa população. A compreensão do envelhecimento como processo contínuo, integrando todas as dimensões da vida do indivíduo, revela a importância de práticas e intervenções que valorizem a experiência e o potencial de contribuição das pessoas idosas à sociedade contemporânea, nesse sentido, psicologia e a existência validada da pessoa idosa é um diálogo em prol da garantia dos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marta de Lima; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Prática do Psicólogo na Atenção Básica-SUS: conexões com a clínica no território. **Contextos Clínicos**, v. 10, n. 2, 2017.

ASSIS, Cristiano de *et al.* **Mitos e estereótipos sobre velhice e envelhecimento**: protocolo de revisão de escopo. *Comunicação em Ciências da Saúde*, v. 34, n. 01, 2023.

BARRETO, Maria Leticia Fonseca. **Admirável Mundo Velho**: Velhice, Fantasia e Realidade Social, São Paulo: Ática, 1992.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. Uma análise das etapas constitutivas do capitalismo e apontamentos sobre a contemporaneidade. **Revista de Economia do Centro-Oeste**, v. 1, n. 1, 2015.

BATISTONI, Samila Sathler Tavares. Contribuições da Psicologia do Envelhecimento para as práticas clínicas com idosos. **Psicologia em Pesquisa**, v. 3, n. 2, 2009.

BEGER, Kathleen Stassen. **O desenvolvimento da pessoa da infância a terceira idade**. São Paulo: LTC, 2003. Cap 23.

BRAGA, Patricia Mendes *et al.* **Qualidade de vida no trabalho**: a percepção dos técnicos administrativos em educação do Instituto Federal do Amazonas Campus Manaus, Centro. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família. *Nota informativa nº 5/2023 (MDS/SNCF): Envelhecimento e o direito ao cuidado*. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-lanca-diagnostico-sobre-envelhecimento-e-direito-ao-cuidado/Nota\\_Informativa\\_N\\_5.pdf](https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-lanca-diagnostico-sobre-envelhecimento-e-direito-ao-cuidado/Nota_Informativa_N_5.pdf). Acesso em: 15 set. 2025.

CANCELA, Diana Manuela Gomes. **O processo de envelhecimento**. Trabalho realizado no Estágio de Complemento ao Diploma de Licenciatura em Psicologia pela Universidade Lusíada do Porto, v. 3, n. 1, 2007.

CARRÉR, Janet. As Contribuições da Sociopsicomotricidade Romain Thiers para o Envelhecimento Ativo. **Revista Fragmentos de Cultura**, v. 22, n. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18224/frag.v22i1.2282>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2282>. Acesso em: 15 set. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, agosto de 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

CURCIO, Christian José. **Inclusão e exclusão na velhice**: a (des) construção de identidades sociais. 2015.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. ampl. 12. reimp. São Paulo: Cortez; Oboré, 1992.

FONTAINE, Roger. **Psicologia do envelhecimento**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2018.

GOLDFARB, Delia Catullo *et al.* Depressão e envelhecimento na contemporaneidade. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 12, 2009.

GUZZO, Raquel de Souza Lobo; LACERDA JUNIOR, Fernando (orgs.). **Psicologia social para a América Latina**: o resgate da psicologia da libertação. 3. ed. Campinas: Alínea, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Projeção da população: **População do país vai parar de crescer em 2041**. Portal de notícias Agência IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41056-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>. Acesso em 23/05/25.

JACQUES, Maria da Graça Correia. **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

JODELET, Denise. **Representações sociais**: um domínio em expansão. In: Denise. Jodelet (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UDUERJ, 2001.

MALTA, Manoela; DO CARMO, Elaine Dias. A escuta ativa como condição de emergência da empatia no contexto do cuidado em saúde. **Atas de Ciências da Saúde**, v. 8, n. 3, 2020.

MANFREDI, Paula; BIASI, Luísa Victória; ALVES, Ana Luisa Sant'Anna. Processo de envelhecimento e aspectos nutricionais em indivíduos com transtornos mentais. **Revista Humano**, 2020.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. Disponível em: <https://marcosfabionuva.com/wp-content/uploads/2011/08/manuscritos-econoc3b4mico-filosoc3b3ficos.pdf>. Acesso em 28/05/25.

MELO, Merielle Eneas de. **Envelhecimento como fator de exclusão social do idoso: envelheci, e agora?**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Formosa, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa; SILVA, Flávia Oliveira Alves da. **Múltiplos olhares sobre a velhice**: representações sociais a partir da percepção de crianças, adultos e idosos. In: D'ALENCAR, R. S. (org.). *A representação social na construção da velhice* [recurso eletrônico]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017. p. 189-213. ISBN 978-85-7455-486-0. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788574554860.0010>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE.(OMS) **Saúde mental de pessoas idosas**. Genebra: OMS, 20 out. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/factsheets/detail/mental-health-of-older-adults>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SALES, Allâny Rebecka Nascimento; *et al.* (2019). **A representação Social do Envelhecer na Sociedade Contemporânea e seu Impacto na Saúde Mental dos Idosos** - Pernambuco - PE - 2019. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2019/TRABALHO\\_EV125\\_MD1\\_SA2\\_ID2781\\_10062019232400.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2019/TRABALHO_EV125_MD1_SA2_ID2781_10062019232400.pdf). Acesso em: 6 out. 2025.

SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SOUSA, Ana Lucia de. Política, Estado e Ideologia no Capitalismo. **Revista Textos e Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 8, 2015. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v1i8.2860. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/2860>. Acesso em: 29 maio. 2025.

STREY, Marlene Neves *et al.* **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. [E-book].

URBAN, Andreas. **Velhice (Envelhecimento) e Dissociação-Valor**: Linhas gerais para uma teoria crítica da velhice e do envelhecimento na sociedade produtora de mercadorias. EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias, n. 15, 2007. Disponível em: [http://www.obeco-online.org/andreas\\_urban1.pdf](http://www.obeco-online.org/andreas_urban1.pdf). Acesso em: 6 out. 2025.

VIEIRA, Brenda Christina Fazolo; SILVA, Lília Aparecida da; BRAGA, Tatiani; SOUSA, Raíque José de. As implicações do capitalismo na vida do idoso. **Revista Espaço Acadêmico**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 140, ago. 2022. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2022/08/as-implicacoes-do-capitalismo-na-vida-do-idoso.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ZIBETTI, Murilo Ricardo *et al.* Estudo comparativo de funções neuropsicológicas entre grupos etários de 21 a 90 anos. **Neuropsicologia Latinoamericana**, v. 2, n. 1, 2010.